

Entre a hemeroteca e a Editora Alves & Cia: a circulação de compêndios escolares na década de 1890

Between the newspaper archive and Alves & Cia Publishing House: the circulation of school textbooks in the 1890s

Entre la hemeroteca y la Editora Alves & Cia: la circulación de compendios escolares en la década de 1890

Amanda Guimarães Silva*

Resumo: O artigo analisa a circulação de compêndios de História utilizados no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX, com foco nas transformações curriculares e editoriais que acompanharam a consolidação da disciplina escolar de História. A partir do levantamento de anúncios e resenhas publicados na Hemeroteca Digital Brasileira e da base organizada por Cabrini (1994), examinam-se as obras mais difundidas no período, suas editoras e as estratégias de divulgação mobilizadas no meio escolar. Argumenta-se que esses manuais desempenharam papel fundamental na consolidação de um repertório histórico escolar articulado aos projetos educacionais republicanos. O estudo evidencia, assim, como o livro didático atuou não apenas como suporte de ensino, mas também como instrumento de circulação e legitimação de determinados saberes históricos, refletindo as tensões entre modernização, mercado editorial e escolarização no final do século XIX.

Palavras-chave: Manuais escolares; mercado editorial; ensino de História.

* Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil. <https://orcid.org/0009-0008-3473-3436>



Abstract: This article analyzes the circulation of History textbooks used in Brazil between the late nineteenth century and the early twentieth century, focusing on the curricular and editorial transformations that accompanied the consolidation of History as a school subject. Based on a survey of advertisements and reviews published in the Brazilian Digital Newspaper Archive and on the database organized by Cabrini (1994), the study examines the most widespread works of the period, their publishers, and the dissemination strategies employed within the school environment. It argues that these manuals played a fundamental role in consolidating a school historical repertoire linked to Republican educational projects. The study thus highlights how textbooks functioned not only as teaching tools, but also as instruments for the circulation and legitimation of specific historical knowledge, reflecting the tensions between modernization, the publishing market, and schooling in the late nineteenth century.

Keywords: School textbooks; publishing market; History teaching.

Resumen: El artículo analiza la circulación de compendios de Historia utilizados en Brasil entre finales del siglo XIX e inicios del XX, con foco en las transformaciones curriculares y editoriales que acompañaron la consolidación de la Historia como disciplina escolar. A partir del relevamiento de anuncios y reseñas publicados en la Hemeroteca Digital Brasileña y de la base organizada por Cabrini (1994), se examinan las obras más difundidas en el período, sus editoriales y las estrategias de divulgación movilizadas en el ámbito escolar. Se argumenta que estos manuales desempeñaron un papel fundamental en la consolidación de un repertorio histórico escolar articulado a los proyectos educativos republicanos. El estudio evidencia, así, cómo el libro didáctico actuó no solo como soporte de enseñanza, sino también como instrumento de circulación y legitimación de determinados saberes históricos, reflejando las tensiones entre modernización, mercado editorial y escolarización a finales del siglo XIX.

Palabras clave: Manuales escolares; mercado editorial; enseñanza de la Historia.



Introdução

O estudo dos compêndios escolares tem se mostrado uma via privilegiada para compreender a formação da cultura escolar brasileira e os modos pelos quais o saber histórico foi institucionalizado no final do século XIX (Barnabé, 2019). A década de 1890 constitui um marco singular nesse processo: é o momento em que a República (1889), recém-instaurada, redefiniu o Ensino Secundário e promoveu uma reorganização curricular que demandava novos manuais, ajustados a um ideário científico, laico e patriótico. As reformas educacionais empreendidas nesse período, em diálogo com o pensamento positivista e com a expansão do mercado editorial, transformaram o livro didático em um espaço de mediação entre o discurso político e a cultura escolar (Bittencourt, 1993). Os compêndios de História, em particular, tornaram-se instrumentos privilegiados para difundir representações do passado que legitimavam o novo regime, projetando valores de ordem, civilização e progresso.

Partindo dessa perspectiva, o presente artigo propõe um levantamento dos compêndios de História que circularam no Brasil ao longo da década de 1890, com especial atenção aos títulos dedicados à Antiguidade e à História Universal — domínios do saber histórico que, naquele contexto, assumiram a função de oferecer modelos civilizacionais para a formação moral e intelectual do cidadão republicano (Santos, 2018). O trabalho fundamenta-se em duas frentes documentais complementares: os anúncios disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, que reúnem anúncios e notas sobre livros didáticos, e os catálogos editoriais analisados por Conceição Aparecida Cabrini em sua tese sobre a produção de compêndios escolares publicados pela Editora Alves & Cia.

O cruzamento dessas fontes permite não apenas dimensionar a amplitude do mercado didático em formação, mas também compreender as estratégias de divulgação, a permanência de determinados autores e a inserção dos compêndios na construção de um repertório histórico nacional. Ao observar essas dinâmicas, busca-se evidenciar como o livro didático de História atuou como mediador entre projetos de modernização educacional e disputas simbólicas sobre o passado, tornando-se um dos principais vetores da cultura escolar republicana. Mais do que identificar títulos e editoras, interessa compreender de que maneira a circulação desses compêndios participou da consolidação do Ensino de História na Primeira República. Nesse sentido, o artigo parte da hipótese de que os anúncios de jornais e os catálogos editoriais não apenas divulgavam obras escolares, mas atuavam como mecanismos de legitimação de determinados autores, conteúdos e modelos de narrativa histórica. A análise dessas fontes possibilita observar como o mercado editorial participou ativamente da construção da cultura escolar republicana, articulando interesses pedagógicos, políticos e comerciais na definição do que deveria ser ensinado como História.

O contexto educacional do fim dos Oitocentos foi fortemente marcado pelas reformas empreendidas nos primeiros anos da República, quando o Estado brasileiro busca-



va redefinir os fundamentos morais e intelectuais da instrução pública (Haidar, 1972). Nesse ínterim, a escola passou a ser concebida como espaço estratégico de construção da cidadania e de consolidação do novo regime político. As reformas curriculares que se seguiram à Proclamação da República instituíram uma reorganização profunda dos saberes escolares, traduzindo no campo educacional o projeto de modernização científica e laica que orientava o discurso republicano. O Ensino Secundário, em especial, foi reestruturado segundo uma lógica mais sistemática e disciplinar, inspirada em modelos europeus de racionalização do conhecimento e na crença de que a educação deveria formar o espírito científico e patriótico do aluno (Vasconcelos, 1999).

Nesse processo, o Ensino de História foi alvo de uma redefinição significativa. A antiga narrativa de caráter moral e exemplar, herdada do período imperial, cedeu lugar a uma abordagem cronológica e evolutiva, organizada por períodos — Antiguidade, Idades Média, Moderna e Contemporânea — e orientada por noções de História Universal (Vechia; Lorenz, 1998). Bittencourt aborda que:

Os excertos “históricos” selecionados, eram, geralmente, narrações provenientes da tradição oral ligadas aos feitos de grandes personagens, como reis e “descobridores” e “cientistas” que passavam, lentamente, a concorrer com os “heróis” das Histórias sagradas (Bittencourt, 1993, p. 212).

Essa transformação do conteúdo e da forma de narrar o passado expressa uma mudança mais profunda na função atribuída ao ensino histórico. A passagem das “histórias exemplares” para uma organização cronológica e civilizatória não apenas redefiniu o repertório de personagens e eventos, mas também reposicionou o próprio sentido da História escolar. A inclusão formal da História Antiga e Medieval nos programas de ensino simbolizou, assim, não apenas uma ampliação temporal do conhecimento histórico, mas também a tentativa de situar o Brasil dentro de uma genealogia civilizacional de alcance ocidental. Ao adotar essa estrutura, a escola republicana aspirava formar um sujeito nacional que reconhecesse no passado europeu as origens da modernidade e da cultura política que o novo regime pretendia incorporar.

Essa reconfiguração do currículo exigiu materiais didáticos compatíveis com as novas exigências pedagógicas e ideológicas. Os compêndios escolares tornaram-se, então, peças centrais na concretização das reformas, pois traduziam, em linguagem acessível e organizada, o ideário científico, laico e evolutivo que se buscava instituir (Vidal; Faria Filho, 2003). Por meio deles, o Ensino de História transformou-se em um campo de disputa simbólica entre diferentes projetos de formação: de um lado, a persistência de um modelo humanista e literário, ainda influenciado por valores morais e religiosos; de outro, o esforço de legitimar uma história “científica”, sustentada pela crítica das fontes, pela cronologia e pela ideia de progresso. A tensão entre esses paradigmas refletia as ambiguidades de uma República que, ao mesmo tempo em que



reivindicava a modernidade, mantinha-se presa a tradições pedagógicas e culturais herdadas do Império. Nesse viés:

A introdução do ensino de História nas escolas públicas foi fator determinante do crescimento de compêndios [...] a preocupação quanto à determinação de uma periodização para a História brasileira marcada pelos eventos que levaram à constituição da nação brasileira, domesticando o tempo para a construção do sentimento de nacionalidade (Bittencourt, 1993, p. 214).

Essa observação revela que a organização temporal e temática dos conteúdos históricos não era apenas uma escolha didática, mas uma estratégia de formação nacional. Ao “domesticar o tempo”, o ensino de História contribuía para fixar uma narrativa linear e teleológica que vinculava o passado colonial e imperial ao projeto republicano, legitimando-o como desfecho natural da trajetória civilizatória brasileira. A consolidação dessa nova ordem educacional coincidiu com a expansão do mercado editorial voltado para o ensino. As editoras, atentas às reformas e à demanda crescente por materiais adaptados ao currículo republicano, passaram a investir em coleções didáticas, concursos oficiais e campanhas de divulgação que legitimavam seus títulos como instrumentos de modernização pedagógica (Razzini, 2004). Nesse movimento, o livro didático deixou de ser apenas um produto de circulação restrita para tornar-se um elemento constitutivo da cultura escolar, articulando interesses econômicos, científicos e ideológicos.

O Estado, por sua vez, assumiu um papel cada vez mais regulador, definindo programas, listas de obras e critérios de adoção que moldavam o perfil do que se considerava um “bom compêndio”. Essa relação entre poder público e editoras consolidou uma verdadeira economia moral da instrução, na qual o controle do conteúdo histórico implicava também o controle simbólico sobre as formas de narrar a nação. O compêndio de História emergia, assim, como um espaço de convergência entre a pedagogia republicana e as lógicas do mercado, traduzindo em linguagem escolar os valores de civilização, progresso e identidade nacional que o novo regime buscava difundir (Pasche; Gondra, 2016).

A crescente presença de manuais escolares nas livrarias e nos anúncios de periódicos da virada do século atesta não apenas a ampliação desse mercado, mas também a progressiva legitimação do livro didático como mediador entre o Estado, os professores e o público estudantil. A circulação dos compêndios ultrapassava o espaço da sala de aula, alcançando jornais, revistas e catálogos editoriais que difundiam novas concepções sobre o ensino e a formação cívica. Nesses impressos, é possível observar tanto a promoção das obras e de seus autores quanto os discursos de autoridade que vinculavam o manual à ciência, à moralidade e à utilidade pedagógica (Tavares, 2012).



Para compreender essas dinâmicas, como dito anteriormente, este estudo apoia-se em duas frentes documentais complementares. A primeira consiste no levantamento realizado na Hemeroteca Digital Brasileira, cujos periódicos reúnem anúncios, resenhas e notas sobre a publicação e a circulação de livros didáticos de História ao longo da década de 1890. O levantamento concentrou-se nos periódicos publicados entre 1890 e 1899, com especial atenção ao *Jornal do Commercio*, em razão da recorrência de anúncios relacionados ao mercado editorial escolar. As buscas foram realizadas por meio da ferramenta de pesquisa da própria plataforma, utilizando palavras-chave como “compêndio”, “História”, “manuais didáticos”, “História Universal” e “História Antiga”. A seleção dos registros considerou anúncios, notas e referências vinculadas à circulação de obras destinadas ao ensino secundário, especialmente aquelas relacionadas ao ensino histórico e às reformas educacionais do período republicano. Esses registros possibilitam rastrear a presença pública das obras, identificar padrões de divulgação e compreender a forma como o discurso sobre o ensino histórico era construído na imprensa. A partir desse procedimento, foi possível identificar os títulos mais recorrentes, suas editoras e estratégias de divulgação no contexto da expansão do mercado didático no final do século XIX.

A segunda base de análise é o conjunto de dados sistematizados por Conceição Aparecida Cabrini em sua pesquisa sobre os compêndios escolares publicados pela Alves & Cia, que oferece uma visão de longo prazo sobre o processo de institucionalização do livro didático no país. O cruzamento dessas fontes possibilita observar tanto as continuidades entre o período imperial e o republicano quanto as inovações introduzidas pela nova ordem educacional, permitindo identificar os lugares de circulação, os temas privilegiados e as estratégias de legitimação que marcaram a consolidação do Ensino de História no Brasil republicano.

Ao analisar os títulos e suas respectivas estratégias de divulgação, torna-se evidente que os compêndios não se limitavam a transmitir fatos ou datas: eles organizavam o conhecimento histórico de acordo com uma lógica pedagógica, enfatizando modelos civilizacionais e trajetórias evolutivas que legitimavam os valores do novo regime. Essa estrutura narrativa refletia, também, o impacto das descobertas arqueológicas e das teorias evolucionistas que circulavam na Europa do século XIX, as quais ofereciam novas formas de compreender as origens da humanidade e a linearidade do progresso (Bethencourt, 2018; Fagan; Marcoantonio 2019). Ao incorporarem essas perspectivas, os compêndios buscavam situar o Brasil dentro de uma História Universal do desenvolvimento humano, reforçando a ideia de uma marcha civilizatória que ligava a Antiguidade ao presente republicano. A recorrência de certos autores e coleções revela, ainda, a existência de uma “linha editorial” que combinava autoridade científica, prestígio literário e adequação às expectativas do currículo escolar.

Esse mapeamento inicial proporciona, portanto, uma base para a análise das obras que circulavam no mercado didático do período, possibilitando identificar os títulos

mais recorrentes, suas editoras e as estratégias de divulgação mobilizadas na imprensa. A apresentação desses dados fornece não apenas um panorama da circulação de compêndios escolares, mas também evidencia as relações entre produção editorial, expansão do ensino secundário e consolidação da cultura escolar republicana no Brasil dos anos 1890.

Compêndios anunciados pela Hemeroteca Nacional Digital

A seguir, será apresentado o conjunto de compêndios que se destacou nesse contexto, detalhando títulos, autores e editoras. Posteriormente, serão incorporados os dados sistematizados por Conceição Aparecida Cabrini, que se referem especificamente à produção da Casa Editora Alves & Cia. A opção por privilegiar essa editora decorre de sua importância crescente no cenário nacional durante as últimas décadas do século XIX, quando se consolidou como uma das principais livrarias e editoras do país, responsável por difundir obras escolares e literárias em larga escala.

O levantamento desses compêndios permite observar não apenas a diversidade de obras em circulação, mas também as estratégias editoriais que sustentaram a consolidação do Ensino de História no contexto republicano. A recorrência de determinados autores, editoras e temas demonstram a formação de um repertório histórico escolar relativamente estável, marcado pela valorização da História Universal, da Antiguidade e das narrativas civilizatórias. Nesse sentido, o diálogo entre os anúncios da Hemeroteca e o catálogo analisado por Cabrini permitem demonstrar de forma mais precisa como a Alves & Cia se tornou um agente central na consolidação do Ensino de História no Brasil republicano (Bragança, 2016), articulando autores nacionais, traduções e reedições de clássicos europeus.

Tabela 1 — Compêndios de História Antiga anunciados no Jornal do Commercio (1890-1899).

Autor	Obra	Editora	Ano de Publicação	Ano do Anúncio/ Edição/Página
Abbade Millot	<i>História Universal</i>	Garnier	1802	1890, ed. 219, p. 05.
Jorge Weber	<i>História Universal</i>	Democrática	1882	1890, ed. 219, p. 05.
Cesar Cantú	<i>História Universal</i>	Democrática	1838	1891, ed. 68, p. 07.
Consiglieri Pedroso	<i>História Universal</i>	Livraria do Povo	—	1891, ed. 294, p. 09.
Julio A. de Menezes	<i>História Universal</i>	—	—	1891, ed. 188, p. 04.
F. Pereira	<i>História de Roma</i>	J. L. Monteiro	—	1892, ed. 309, p. 08.

(Continua)

(Continuação)

Autor	Obra	Editora	Ano de Publicação	Ano do Anúncio/ Edição/Página
Dr. Moreira Pinto	<i>Noções de História Universal</i>	Alves & Cia	—	1893, ed. 11, p. 12.
Berquó	<i>História Antiga do Oriente</i>	Alves & Cia	—	1893, ed. 11, p. 12.
Berquó	<i>História da Grécia</i>	Alves & Cia	—	1893, ed. 11, p. 12.
Berquó	<i>História Universal</i>	Alves & Cia	—	1893, ed. 11, p. 12.
D. Maria Emília Leal (trad.)	<i>História Universal (trad.)</i>	Alves & Cia	—	1893, ed. 11, p. 12.
Victor Duruy	<i>História Universal</i>	B. L. Garnier	1865	1893, ed. 189, p. 09.
João Ribeiro	<i>História Antiga</i>	Alves & Cia	1892	1893, ed. 11, p. 12.
Pedro Parley	<i>História Universal</i>	A. Pinheiro	1869	1899, ed. 335, p. 11.
Mattoso Maia	<i>História Antiga</i>	Azevedo & C.	—	1899, ed. 19, p. 08.
—	<i>História Universal</i>	Jaime Moniz	—	1897, ed. 157, p. 01.
Bredow (Gottfried G. Bredow)	<i>História Universal</i>	—	—	1898, ed. 43, p. 06.
Dr. Joaquim M. de Lacerda	<i>História Universal</i>	Garnier	—	1897, ed. 61, p. 06.

Fonte: Jornal do Commercio (1890).

A análise dos anúncios de compêndios de História publicados pelo *Jornal do Commercio* entre 1890 e 1899 atesta padrões claros de circulação e divulgação que refletem tanto a dinâmica do mercado editorial quanto as prioridades do currículo escolar republicano. Destaca-se, inicialmente, a presença de obras de longa duração, como Abbade Millot (1802), Jorge Weber (1882) e Cesar Cantú (1838), que continuaram sendo promovidas décadas após sua primeira edição. Essa persistência sugere que determinados títulos alcançavam um estatuto de referência, funcionando como obras “clássicas” do repertório histórico, capazes de legitimar o Ensino da Antiguidade e da História Universal perante professores e alunos. Conforme mostra o anúncio publicado em 1890 (Figura 1), a obra de Abbade Millot continuava a ser promovida como referência para o ensino da História Universal, destacando sua autoridade e relevância pedagógica.

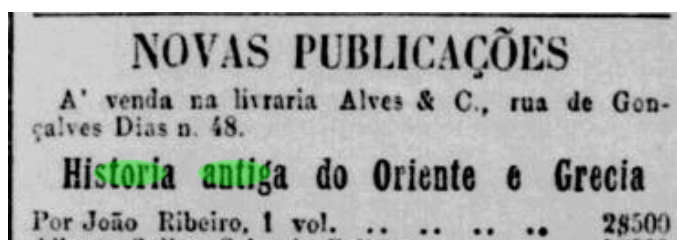
Figura 1 – *História Universal* – Abbad Millot

enc ..	40\$000
Southey, <i>Historia do Brazil</i> , 6 grossos vols.	16\$000
Millot, <i>Historia Universal</i> , 10 vols. enc.	18\$000
Nieleuhr. <i>Histoire Romaine</i> , 7 vols. (raro).	35\$000
Rebello da Silva, <i>Historia de Portugal</i> , 5 gr.	20\$000
vols ..	20\$000

Fonte: *Jornal do Commercio* (1890, ed. 219, p. 5).

Após a permanência de títulos clássicos de longa duração, observa-se, a partir de 1892, a presença de novos autores nacionais que passam a ocupar espaço nas páginas de anúncios do *Jornal do Commercio*. Entre eles, destaca-se João Ribeiro, cuja *História Antiga* foi publicada pela Casa Editora Alves & Cia em 1892. O anúncio (Figura 2) evidencia a entrada do autor no circuito escolar republicano, apresentando sua obra como um compêndio atualizado e adaptado às novas diretrizes do Ensino de História.

A promoção de *História Antiga* pela mesma editora responsável por nomes consagrados, como Berquó e Moreira Pinto, demonstra a estratégia de Alves & Cia em consolidar um catálogo voltado à instrução pública, a fim de equilibrar tradição e renovação. Ao mesmo tempo, a presença de Ribeiro entre os anúncios de obras estrangeiras e de traduções sugere que sua produção se insere em um esforço mais amplo de nacionalização do saber histórico, valorizando a autoria brasileira no campo didático.

Figura 2 - Anúncio do Compêndio *História Antiga do Oriente e Grécia* – João Ribeiro

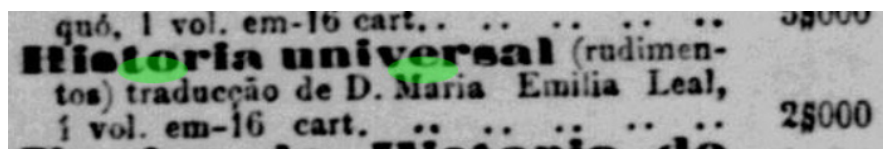
Fonte: *Jornal do Commercio* (1892, edição. 89, p. 8).

Ainda nesse movimento de ampliação do catálogo de compêndios históricos, chama atenção a presença de traduções voltadas ao público escolar brasileiro, como a *História Universal* traduzida por D. Maria Emília Leal (Figura 3). Publicada pelo livreiro de Francisco Alves, a obra reforça o papel das traduções na formação de um repertório didático acessível, que articulava o prestígio de autores estrangeiros à legitimação de editoras e intelectuais nacionais.

A tradução assinada por D. Maria Emília Leal não apenas realça a mediação linguística e cultural necessária à circulação de obras europeias no Brasil, mas também sugere uma forma de participação feminina no campo editorial e educacional da época — ainda que restrita ao espaço da tradução. Ao ser publicada pela mesma editora

que promoveu os compêndios de outros autores, a obra traduzida reforça o projeto editorial da Alves & Cia de consolidar um catálogo de referência em História, capaz de atender às demandas do novo ensino republicano sem renunciar à tradição erudita herdada do século XIX.

Figura 3 - Anúncio do Compêndio *História Universal* – D. Maria Emília Leal



Fonte: *Jornal do Commercio* (1893, ed.11, p. 12).

Observa-se, portanto, um interesse consistente às publicações nacionais, como João Ribeiro (1892) e Mattoso Maia (1899), bem como traduções de autores estrangeiros, como a *História Universal* traduzida por D. Maria Emília Leal (1893). A diversidade de autores e de origens dos textos indica a circulação de saber histórico de alcance internacional, adaptado ao contexto brasileiro, e a preocupação das editoras em oferecer materiais que correspondessem às exigências do ensino republicano.

O levantamento também revela estratégias editoriais claras. A predominância de editoras como Alves & Cia e Garnier sinaliza concentração no mercado escolar, com algumas casas monopolizando a produção e divulgação de títulos considerados adequados ao novo currículo. A repetição de anúncios de obras como *História Universal* em diferentes anos (1890, 1891, 1893, 1897, 1898 e 1899) enfatizam não apenas a durabilidade desses compêndios no mercado, mas também a intenção das editoras de manter obras consagradas em circulação contínua, reforçando sua legitimidade junto aos professores e às escolas.

Finalmente, a comparação entre o ano de publicação e o ano do anúncio mostra que, enquanto algumas obras antigas permaneciam relevantes para o mercado, novas publicações, rapidamente se inseriam na dinâmica de circulação e divulgação. Esse panorama confirma que os compêndios de História atuavam como mediadores entre tradição e inovação pedagógica, combinando autoridade literária, rigor científico e adequação curricular, desempenhando papel central na consolidação do ensino de História na primeira década da República.

Em conjunto, os anúncios analisados demonstram que a circulação dos compêndios não ocorreu de forma espontânea ou neutra. A permanência de certos títulos, a centralidade de editoras como Alves & Cia e a associação entre autoridade científica e utilidade pedagógica revelam a existência de um processo de seleção e legitimação do saber histórico escolar. Mais do que simples materiais de apoio, os compêndios atuavam como instrumentos de organização curricular e de difusão de uma determinada

visão de passado, alinhada aos projetos de modernização e nacionalização do período republicano.

Por meio dos anúncios e registros levantados da Hemeroteca, percebe-se o papel central da livraria Alves & Cia na difusão desses compêndios. Tal presença encontra correspondência nos dados sistematizados por Conceição Aparecida Cabrini, que analisou o catálogo editorial da empresa. O levantamento de Cabrini aprofunda a amplitude da produção escolar da editora, confirmando sua posição como um dos maiores livreiros do país, responsável por propagar obras de Ensino Primário e Secundário e consolidar um modelo de livro didático nacional.

Ao confrontar as duas bases documentais, é possível observar tanto a permanência de títulos e autores — como Berquó, Moreira Pinto e João Ribeiro — quanto a diversificação das áreas temáticas que compunham o catálogo da editora. Esse cruzamento revela a coerência de um projeto editorial que unia tradição, erudição e atualização pedagógica, contribuindo para a legitimação do livro didático de História como instrumento essencial da cultura escolar republicana.

Compêndios publicados pela editora Alves & Cia no levantamento de Cabrini

Embora o foco deste estudo se concentre na década de 1890, os dados organizados por Maria Cristina Cabrini incluem obras publicadas pela Editora Alves & Cia até as primeiras décadas do século XX. A incorporação desse recorte mais amplo não tem por objetivo ampliar o escopo cronológico da pesquisa, mas sim evidenciar a continuidade e a permanência das obras e dos autores que já figuravam na década de 1890. O catálogo analisado por Cabrini explana como títulos inicialmente lançados ou divulgados naquele momento — como os de Berquó, Moreira Pinto, João Ribeiro e Maria Emília Leal — foram reeditados e atualizados nas décadas seguintes, indicando que o investimento da editora em compêndios de História Antiga consolidou uma linha editorial duradoura, que atravessou gerações e se manteve como referência no Ensino Secundário brasileiro.

Tabela 2 — Compêndios publicados pela Editora Francisco Alves entre o final do século XIX e início do século XX

Nome do autor	Nome da obra	Edição	Ano
A. Moreira Pinto	<i>História Universal</i>	2ª edição	1886
Berquó	<i>História Antiga do Oriente</i>	—	1887
Berquó	<i>História Antiga da Grécia</i>	—	1887
Berquó	<i>História Universal</i>	—	1889
João Ribeiro	<i>História Antiga do Oriente e Grécia</i>	2ª edição	1894
Maria E. Leal	<i>Rudimentos de História Universal</i>	2ª edição	1899
Sá e Benevides	<i>Lições de História da Civilização</i>	3ª edição	1912
Sá e Benevides	<i>Pontos de História Geral</i>	—	1912
Jônatas Serrano	<i>Epítome de História Universal</i>	—	1913

Fonte: Cabrini (1994).

A comparação entre os dados da Hemeroteca Digital Brasileira e os registros sistematizados por Cabrini confirma a centralidade da Editora Alves & Cia na difusão e consolidação dos compêndios de História entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. As duas fontes, ao serem cotejadas, expõem um processo de continuidade editorial que vai do esforço inicial de atender às reformas republicanas até a formação de um catálogo estável e diversificado, voltado à instrução secundária e à cultura cívica.

Na década de 1890, os anúncios do *Jornal do Commercio* já destacavam autores que estão presentes também na listagem da Cabrini. Essa recorrência comprova que os nomes mais difundidos na imprensa eram, de fato, parte estruturante do catálogo da Alves & Cia, o que demonstra uma política editorial coerente e de longo prazo. Enquanto na Hemeroteca essas obras aparecem em fase de promoção e circulação, nos registros de Cabrini elas figuram em edições subsequentes — 2ª ou 3ª —, o que indica reedições constantes e permanência de demanda.

A tabela de Cabrini também revela a ampliação temporal do catálogo: a partir da década de 1910, surgem novos títulos como *Lições de História da Civilização*, de Sá e Benevides, e *Epítome de História Universal*, de Jônatas Serrano. Essa sequência exemplifica a consolidação de um gênero editorial: o compêndio de História tornou-se produto duradouro e adaptável às transformações dos programas oficiais (Vechia; Lorenz, 1998).

Essa permanência editorial sugere que a consolidação do Ensino de História esteve diretamente vinculada à estabilização de determinados modelos narrativos e pedagógicos. A continuidade das reedições demonstra que a escola republicana não buscava apenas ampliar o acesso ao conhecimento histórico, mas também fixar interpretações específicas do passado consideradas adequadas à formação moral e cívica dos estudantes. Nesse processo, a editora Alves & Cia desempenhou papel decisivo ao transformar o compêndio histórico em um produto escolar durável e nacionalmente difundido.

Considerações finais

Ao reunir autores do final do século XIX e do início do XX, o catálogo da Alves & Cia mostra como a editora construiu uma linha de continuidade entre gerações de intelectuais que se dedicaram à escrita didática da História. Assim, a comparação entre as duas tabelas mostra que a Alves & Cia não apenas acompanhou o movimento de renovação pedagógica dos anos 1890, mas também transformou esse momento em base para sua consolidação como uma das maiores editoras escolares do país (Bragança, 2016), sustentando, por décadas, a circulação de narrativas históricas voltadas à formação cívica e nacional.

Verifica-se a complexidade do mercado didático que se formava nos primeiros anos da República por meio do levantamento dos compêndios. As reformas educacionais empreendidas nesse contexto exigiram novos materiais pedagógicos, e os anúncios e registros analisados validam que o livro didático de História se tornou um dos principais instrumentos de mediação entre o projeto republicano, a cultura escolar e o mercado editorial (Guimarães, 2011).

A análise das duas bases documentais demonstrou que a circulação dos compêndios de História, na década de 1890, esteve diretamente associada ao processo de consolidação da cultura escolar republicana e à expansão do mercado editorial voltado ao ensino. Os anúncios publicados na imprensa não atuavam apenas como instrumentos comerciais, mas como mecanismos de legitimação pedagógica, capazes de atribuir autoridade científica e utilidade escolar a determinados autores e obras.

O cruzamento entre os registros da Hemeroteca Digital Brasileira e o catálogo editorial analisado por Cabrini também apontam a centralidade da Editora Alves & Cia na estabilização de um repertório histórico escolar voltado à formação cívica e nacional. A permanência de certos títulos, suas sucessivas reedições e a recorrência de narrativas centradas na História Universal e na civilização indicam que o livro didático participou ativamente da definição dos conteúdos considerados legítimos para o Ensino de História na Primeira República.

Dessa forma, o artigo contribui para compreender o compêndio escolar não apenas como suporte pedagógico, mas como agente ativo na institucionalização da disciplina História e na construção simbólica dos projetos educacionais republicanos.

Referências

BARNABÉ, Luis Ernesto. *A História Antiga em compêndios franceses e brasileiros no Imperial Colégio de Pedro II ou o caso Justiniano José da Rocha: história, disciplina escolar e impresso (1820-1865)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2019.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes Bittencourt. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo: FTD, 1993.

BRAGANÇA, Aníbal (org.). *Rei do livro: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2016.

CABRINI, Conceição Aparecida. *Memória do livro didático: os livros de leitura de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho*. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FAGAN, Brian; MARCOANTONIO, Janaína. *Uma breve história da arqueologia*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2019.

GUIMARÃES, Anselmo. Culturas escolares nas escolas primárias na segunda metade do século XIX: o livro *Noções de Literatura Nacional*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E LIBERDADE, 5., 2011. *Anais...* Campina Grande: Realize Editora, 2011. p. 1-9.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1972.

JORNAL DO COMMERCCIO, Rio de Janeiro, anno 68, n. 1, 1890-1899. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=0. Acesso em: 16 out. 2025.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira; GONDRA, José Gonçalves. Impérios do privado: notas sobre mitologias do Estado educador no Brasil (1850-1890). *Revista Colombiana de Educación*, Bogotá, n. 70, p. 79-100, 2016.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. A Livraria Francisco Alves e a expansão da escola pública em São Paulo. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004. Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. p. 1-20.



SANTOS, Evandro. Entre antigos e modernos: escrita da história e lições morais no Brasil do século XIX. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 47, p. 253-278, 2018.

TAVARES, André Luiz Cruz. *A presença da História Antiga nos compêndios didáticos de História da Primeira República e a construção identitária nacional*. 2012. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do Colégio de D. Pedro II aos 25 de março de 1838. In: CARVALHO, José Murilo de Carvalho (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 244-246.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl M. *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, jul. 2003.

